



Exmo. Senhor

Presidente da Mesa da Assembleia Geral da

Sonaecom, SGPS, S.A.

Lugar do Espido, Via Norte

4471-909 Maia

Maia, 10 de março de 2025

Proposta número 1

Propõe-se que se delibere aprovar o Relatório de Gestão, Balanço e Contas, individuais e consolidadas, relativos ao exercício de 2024, tal como apresentados.

Pelo Conselho de Administração,

**SONAECOM, S.G.P.S., S. A.**

Sede: Lugar do Espido - Via Norte - Maia  
Matriculada na Conservatória do Registo Comercial da Maia  
sob o nº único de matrícula e Pessoa Coletiva 502 028 351  
Capital Social: 230.391.627,38 Euros

Exmo. Senhor

Presidente da Mesa da Assembleia Geral da

Sonaecom, SGPS, S.A.

Lugar do Espido, Via Norte,

4470-177 Maia

Maia, 10 de março de 2025

## Proposta número 2

Nos termos legais e estatutários, o Conselho de Administração propõe que o resultado líquido relativo às contas individuais, no montante de € 23.562.868,82 (vinte e três milhões, quinhentos e sessenta e dois mil, oitocentos e sessenta e oito euros e oitenta e dois cêntimos), seja aplicado como segue:

- i) Reserva Legal, no montante de € 1.178.143,44 (um milhão, cento e setenta e oito mil, cento e quarenta e três euros e quarenta e quatro cêntimos);
- ii) Distribuição pelos acionistas, no montante de € 8.717.521,04 (oito milhões, setecentos e dezassete mil, quinhentos e vinte e um euros e quatro cêntimos); e
- iii) Transferência para a rubrica de “Outras Reservas”, no montante de € 13.667.204,34 (treze milhões, seiscentos e sessenta e sete mil, duzentos e quatro euros e trinta e quatro cêntimos).

Considerando que não é possível determinar com exatidão o número de ações próprias que estará em carteira à data do pagamento das propostas acima referidas sem limitar a capacidade de intervenção da sociedade, esclarece-se que:

- i) A cada ação emitida corresponderá um dividendo ilíquido de 0,028 euros;
- ii) O montante correspondente às ações que, no dia do pagamento do montante acima referido, pertencerem à própria sociedade (calculado com base no mencionado montante unitário de 0,028 euros ilíquidos por ação emitida), não será distribuído pelos acionistas, ficando registado em Outras Reservas.

Pelo Conselho de Administração,

**SONAECOM, S.G.P.S., S. A.**

Sede: Lugar do Espido - Via Norte - Maia  
Matriculada na Conservatória do Registo Comercial da Maia  
sob o nº único de matrícula e Pessoa Coletiva 502 028 351  
Capital Social: 230.391.627,38 Euros



Sonae  
Edifício 1A  
Lugar do Espido, Via Norte  
4471-909 Maia  
Portugal

Exmo. Senhor  
Presidente da Mesa da Assembleia Geral da  
Sonaecom, SGPS, S.A.  
Lugar do Espido, Via Norte  
4470-177 Maia

Maia, 20 de março de 2025

Proposta número 3

Proposta

Propõe-se que se delibere conferir um voto de louvor e confiança à atividade desempenhada pela Administração e Fiscalização da sociedade durante o ano de dois mil e vinte e quatro.

Pelo Conselho de Administração,



Exmo. Senhor  
Presidente da Mesa da Assembleia Geral da  
Sonaecom, SGPS SA.  
Lugar do Espido, Via Norte  
4470-177 Maia

Maia, 20 de março de 2025

**Proposta n.º 4**

## **PROPOSTA**

Com o propósito de fortalecer a competitividade e numa ótica de reforço do alinhamento e compromisso dos(as) Administradores(as) Executivos(as), com os interesses de médio e longo prazo da Sociedade, e com a sua estratégia empresarial, fortalecendo e premiando a sua contribuição, individual e coletiva, para o sucesso da Sociedade, com vista a contribuir para a sua sustentabilidade, a Comissão de Vencimentos propõe à Assembleia Geral de Acionistas que delibere a revisão da Política de Remuneração, aprovada na Assembleia Geral Anual de 30 de abril de 2024. A revisão ora proposta à Assembleia Geral de Acionistas assenta, em linha com as melhores práticas de mercado e com vista ao reforço dos valores da meritocracia e da diferenciação do contributo individual decorrente do nível de responsabilidade das funções assumidas por cada Administrador(a) Executivo(a), nas seguintes alterações:

1. A definição dos *Key Performance Indicators* (“KPIs”) subjacentes à atribuição da remuneração variável de curto prazo dos(as) Administradores(as) Executivos(as), quando remunerados na Sociedade, passa a considerar duas dimensões, com um peso relativo de 50% cada:
  - (i) os KPIs de Criação de Valor Económico (“KPIs *What*”), que podem incluir métricas como volume de negócios, capital investido e retorno do capital investido, e os quais consideram também o contributo individual dos(as) Administradores(as) Executivos(as), e
  - (ii) os KPIs de Criação de Valor Social e Ambiental (“KPIs *How*”), relacionados com Sustentabilidade, relação com *stakeholders* relevantes e Pessoas, como o *Organizational Health Index* (OHI), e que englobam também um KPI de avaliação individual.
2. No que respeita à remuneração variável dos(as) Administradores(as) Executivos(as), o valor do objetivo pré-definido passa a variar entre 35% e 70% da remuneração total anual (composta pela soma da remuneração fixa com o valor objetivo da remuneração variável).
3. No que se refere ao apuramento do valor de remuneração variável atribuída aos(as) Administradores(as) Executivos(as), altera-se o limite máximo de atingimento dos KPIs pré-definidos, passando esse atingimento a variar entre 0% e 200%.
4. Em linha com a mudança preconizada, o montante máximo de remuneração variável que poderá ser auferida por cada Administrador(a) Executivo(a) dependendo do atingimento dos objetivos pré-definidos,

poderá atingir um máximo de 82% da remuneração total.

Face ao exposto, a Comissão de Vencimentos propõe à Assembleia Geral que delibere aprovar, nos termos e para os efeitos dos artigos 26.º-A a 26.º-F do Código dos Valores Mobiliários, a Política de Remuneração dos órgãos de administração e fiscalização, dos dirigentes da Sociedade, e dos membros da Mesa da Assembleia Geral constante da presente proposta.

## **POLÍTICA DE REMUNERAÇÃO**

A Política de Remuneração da Sonaecom, SGPS, S.A. (adiante Sonaecom ou Sociedade), aplicável ao Conselho de Administração, ao Conselho Fiscal, ao Revisor Oficial de Contas e aos membros da Mesa da Assembleia Geral, segue as orientações comunitárias, a legislação nacional decorrente do normativo dos artigos 26.º-A a 26.º-F do Código dos Valores Mobiliários, introduzidos pela Lei n.º 50/2020, de 25 de agosto e as recomendações emergentes do Código de Governo das Sociedades do Instituto Português de Corporate Governance (IPCG) divulgado em 2018 e revisto em 2020 e 2023.

A Política de Remuneração é submetida à apreciação da Assembleia Geral Anual de 2025 para se aplicar até ao termo do mandato relativo ao quadriénio de 2024-2027, em harmonia com o n.º 1 do artigo 26.º-B do Código dos Valores Mobiliários, sem prejuízo de alterações relevantes que determinem a sua reapreciação pela Assembleia Geral ou derrogações temporárias que, e nos termos da lei, possam ocorrer no decurso do referido mandato.

A presente Política, e os princípios objetivos que a norteiam, representam o exercício das melhores práticas de governo societário, com a finalidade de assegurar uma comunicação transparente e efetiva ao mercado e aos acionistas.

### **1. Princípios Gerais**

A determinação da remuneração, fixa e variável, aplicável, em conformidade com esta Política, aos membros dos órgãos de administração e fiscalização e aos membros da Mesa da Assembleia Geral da Sociedade (adiante, em conjunto, designados “membros dos órgãos sociais”) é deliberada pela Comissão de Vencimentos, eleita pela Assembleia Geral e composta integralmente por membros independentes, por forma a assegurar a inexistência de conflito de interesses.

A presente Política é baseada no pressuposto de que a iniciativa, a competência e o empenho são os fundamentos essenciais de um bom desempenho e que este deve estar alinhado com os interesses de médio e longo prazo da sociedade, visando a sua sustentabilidade, e assentando nos princípios adiante descritos: competitividade; orientação para o desempenho; alinhamento dos interesses; transparência; razoabilidade; consistência e equidade.

A duração do mandato dos membros dos órgãos de administração e fiscalização e dos membros da Mesa da Assembleia Geral é estabelecida de acordo com o Contrato de Sociedade e as deliberações da Assembleia Geral de Acionistas, e à cessação de funções aplicam-se as normas prescritas na lei. Não existem contratos ou acordos celebrados entre a Sociedade e aqueles membros, designadamente tendo por objetivo estabelecer o período de duração de funções ou a atribuição de quaisquer compensações pela sua cessação.

### **1.1. Competitividade:**

Na determinação da Política de Remuneração e Compensação dos membros dos órgãos sociais da Sociedade é objetivo primordial a captação e retenção dos melhores profissionais, com talento de elevado potencial e experiência comprovada, que garanta estabilidade e represente um contributo relevante e material para a sustentabilidade dos negócios da Sociedade. A Política e o seu posicionamento são definidos por comparação com o mercado nacional e internacional, segundo os principais estudos de referência realizados para Portugal e mercados europeus pelas consultoras Mercer e Korn Ferry, incluindo a comparação com a prática das empresas que compõem o universo de sociedades com valores mobiliários admitidos a negociação na Euronext Lisbon.

Nessa medida, os parâmetros remuneratórios dos membros dos órgãos sociais são fixados e periodicamente revistos tendo em conta as condições de mercado, a atividade desenvolvida e as responsabilidades inerentes aos cargos desempenhados. Para o efeito, consideram-se, entre outros fatores, o perfil e currículo dos membros, a experiência, a natureza e o descritivo de funções, o quadro de competências do órgão social em questão e do próprio membro, assim como o grau de correlação direta entre o desempenho individual e o desempenho dos negócios.

Para a determinação dos valores remuneratórios deste segmento consideram-se as orientações gerais de posicionamento e competitividade no mercado preconizadas pela organização, enquadradas na política remuneratória geral do Grupo.

### **1.2. Orientação para o desempenho**

A Política prevê, no que respeita aos(às) administradores(as) executivos(as) remunerados(as) pela Sociedade, a atribuição de prémios variáveis de incentivo de curto e médio prazo, calculados em função dos resultados da Sociedade e do nível de desempenho, quer individual, quer coletivo, com a finalidade de fomentar o crescimento sustentável dos seus negócios e o comprometimento individual com os objetivos pré-definidos. Em caso de não concretização de objetivos pré-definidos, medidos através de *Key Performance Indicators* (KPIs), o valor dos incentivos de curto e médio prazo é, adequadamente, reduzido de forma parcial ou total.

### **1.3. Alinhamento dos interesses**

É assegurado um alinhamento entre os interesses do(a) administrador(a), os interesses dos acionistas e o desempenho a médio prazo, visando a sustentabilidade do negócio. Desta forma, parte do prémio variável dos(as) administradores(as) executivos(as), quando remunerados(as) na Sociedade, é diferida por um período mínimo de 3 anos, após a sua atribuição. O vencimento desta componente do prémio variável fica condicionada à manutenção do vínculo profissional entre o(a) administrador(a) e a empresa pelo período de 3 anos, bem como ao continuado desempenho positivo da sociedade ao longo desse período, que será aferido de acordo com critérios a fixar pela Comissão de Vencimentos.

A remuneração do Presidente do Conselho de Administração, dos membros dos órgãos de fiscalização e da mesa da Assembleia Geral é constituída exclusivamente por uma remuneração fixa.

#### **1.4. Transparência**

Todos os aspetos da estrutura remuneratória são claros e divulgados abertamente (interna e externamente) – entre eles, os resultados da votação da política de remuneração e a respetiva data de aprovação em assembleia geral -, através da publicação de documentação no sítio da Sociedade na internet, estando em conformidade com a política remuneratória geral do Grupo.

#### **1.5. Razoabilidade**

A Política de Remuneração da Sociedade pretende assegurar um equilíbrio entre os interesses a longo prazo da Sonaecom, o posicionamento e as melhores práticas no mercado, as expectativas e motivações dos membros dos órgãos sociais, bem como o objetivo de atração e de retenção de talento.

#### **1.6. Consistência e Equidade**

Para a determinação da remuneração de cada membro dos órgãos sociais são ponderadas as condições de emprego e remuneração dos trabalhadores do Grupo.

Para o efeito, são tidas em conta as condições de emprego e de remuneração dos trabalhadores em termos equivalentes a tempo inteiro na Sociedade, por forma a assegurar consistência e equidade a nível remuneratório, por referência ao peso das respetivas qualificações, responsabilidades, experiência, disponibilidade e especificidades do risco associado ao exercício da função. Por sua vez, o quadro da política global de remuneração adotada pela Sociedade tem por referência o *benchmark* das empresas comparáveis, ajustado pelas suas particulares condições de mercado, tendo em vista o equilíbrio entre objetivos de sustentabilidade e de retenção de talento.

Na arquitetura da política retributiva dos órgãos sociais e restantes trabalhadores da sociedade, e para determinação da remuneração aplicável, são ponderadas as funções desempenhadas, de acordo com um sistema de avaliação de funções que inclui critérios de diferenciação quanto à complexidade, qualificação, experiência exigida, autonomia e responsabilidades atribuídas. Este sistema baseia-se na metodologia internacional da Korn Ferry, por forma a promover a equidade nas condições de remuneração e de emprego, à luz dos critérios de diferenciação anteriormente descritos, aplicáveis às diversas funções, bem como a permitir a comparabilidade/ *benchmarking* com funções equivalentes no mercado.

Resulta assim, que de forma global, a referência adotada pela Sonaecom em matéria de posicionamento competitivo face ao mercado comparável, para cada função, é, normalmente, a mediana para a remuneração fixa e o terceiro quartil para a componente variável da remuneração, sem prejuízo das necessárias adaptações de acordo com as condições de mercado e a situação particular da Sociedade.

A variação anual da remuneração dos membros dos órgãos de administração e fiscalização, do desempenho da sociedade e da remuneração média dos trabalhadores em termos equivalentes a tempo inteiro da Sociedade, deverá ser apresentada anualmente pelo Conselho de Administração no Relatório sobre Remunerações, nos termos da alínea c) do número 2 do artigo 26.º - G do Código dos Valores Mobiliários.

## 2. POLÍTICA DE REMUNERAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Com base nos princípios formulados, a remuneração e compensação dos membros dos órgãos sociais obedece às seguintes regras:

### 2.1. Administradores(as) executivos(as)

A remuneração dos(as) administradores(as) executivos(as) inclui, em princípio, duas componentes: (i) uma componente fixa, que engloba a Remuneração Base e um subsídio de responsabilidade anual, sendo estabelecida por referência ao período de um ano, (ii) uma componente variável, atribuída no primeiro semestre do ano seguinte àquele a que diz respeito e condicionada à concretização dos objetivos fixados no ano anterior, dividida em duas partes: (a) um Prémio Variável de Curto Prazo, pago imediatamente após a atribuição, e (b) um Prémio Variável de Médio Prazo, pago após um diferimento pelo período mínimo de 3 anos, considerando-se que a exposição dos(as) administradores(as) executivos(as) às flutuações no preço da ação é a forma mais apropriada de alinhar os interesses dos administradores com os dos acionistas.

A definição da remuneração dos(as) Administradores(as) Executivos(as) tem também em conta o exercício de funções em sociedades em relação de domínio ou de grupo.

Tipologia de Remuneração	Remuneração Fixa	Remuneração Variável		Benefícios
		Curto Prazo	Médio Prazo	
<b>Propósito</b>	Atração, retenção e motivação de executivos de excelência, necessários para entregar a estratégia e impulsionar o desempenho do negócio.	Impulsionar a estratégia e resultados anuais, bem como o desempenho individual, em linha com o plano de negócios. Reconhecer e recompensar as contribuições individuais para o negócio.	Deferimento de pagamento, para garantir alinhamento com os interesses de longo prazo dos acionistas após a entrega bem-sucedida das metas de curto prazo.	Proporcionar benefícios adequados e competitivos de mercado que impulsionam o compromisso e a motivação.
<b>Características</b>	Constituído por remuneração base e um subsídio de responsabilidade.	Equivalerá no máximo a 50% do valor do prémio variável total. Pago, em numerário, no primeiro semestre seguinte ao ano a que diz respeito, podendo ser pago, no mesmo prazo, em ações, nos termos e condições previstos para o Prémio Variável de Médio Prazo.	Corresponde, no mínimo, a 50% do prémio variável total, pago com um diferimento pelo período de, pelo menos 3 anos, após a sua atribuição. A remuneração variável de médio prazo pode consistir na atribuição do direito de adquirir ações, sendo o número de ações, determinado por referência ao valor atribuído e ao preço da ação na data de concessão.	Seguro de Saúde e de Vida / Acidentes Pessoais.
<b>Definição</b>	Anual, em função do nível de responsabilidade da função e posicionamento definido face ao mercado comparável.	Pagamento sujeito ao cumprimento de metas pré-estabelecidas no início do ano, aprovadas pela Comissão de Vencimentos.	Valor do prémio dependente da evolução da cotação das ações	Em função da política geral de benefícios da Sociedade.
<b>Target</b>	Não aplicável	Valor objetivo do prémio variável entre 35% a 70% da Remuneração Total, determinada de acordo com a função desempenhada		
<b>Condições de Performance</b>	Não aplicável	<ul style="list-style-type: none"> <li>KPIs de criação de valor económico (50%), que podem incluir métricas como volume de negócios, capital investido e retorno do capital investido.</li> <li>KPIs de criação de valor social e ambiental, relacionados com Sustentabilidade, relação com stakeholders relevantes e Pessoas, como o Organizational Health Index (20%) e KPI de avaliação individual (30%):</li> </ul>		Não aplicável
<b>Máximo</b>	Embora não haja um máximo definido, quaisquer incrementos são normalmente realizados em linha com os incrementos gerais da empresa.	Máximo de 82% da Remuneração Total, consoante o nível de função exercida		Não existe um máximo definido, mas um valor estimado; quaisquer atualizações de benefícios são realizadas em linha com a política geral.



Em anexo, encontra-se a descrição dos critérios de atribuição e manutenção da remuneração variável em ações.

### 2.1.1. Remuneração Fixa

A remuneração fixa engloba a remuneração base e um subsídio de responsabilidade, sendo estabelecidos anualmente e definidos em função das competências pessoais, do nível de responsabilidade da função desempenhada, bem como do posicionamento preconizado face ao mercado comparável.

### 2.1.2. Remuneração Variável

A remuneração variável visa orientar e recompensar os(as) administradores(as) executivos(as) pelo cumprimento de objetivos pré-determinados, baseados em indicadores de desempenho da empresa, das equipas de trabalho sob a sua responsabilidade e do seu próprio desempenho individual. A mesma será atribuída depois de apuradas as contas do exercício e de ter sido efetuada a avaliação de desempenho, decompondo-se em:

a) **Prémio Variável de Curto Prazo (PVCP)**, equivalendo, no máximo, a 50% do valor do prémio variável total. Este prémio é pago, em numerário, no primeiro semestre seguinte ao ano a que diz respeito podendo, todavia, e a critério da Comissão de Vencimentos, ser pago, no mesmo prazo, em ações, nos termos e condições previstos para o Prémio Variável de Médio Prazo;

b) **Prémio Variável de Médio Prazo (PVMP)**, destinado a reforçar o compromisso dos(as) administradores(as) executivos(as) com a empresa, alinhando os seus interesses com os dos acionistas e aumentando a consciencialização da importância do respetivo desempenho para o sucesso global e sustentável da Sociedade. O valor atribuído corresponde a, no mínimo, 50% do prémio variável total, pago com um diferimento de, pelo menos, 3 anos, após a sua atribuição.

A determinação da remuneração variável de curto e de médio prazo, PVCP e PVMP, respetivamente, pode considerar os ajustamentos que sejam necessários, decorrentes de fatores exógenos e/ou de condicionantes não previstas.

#### 2.1.2.1. Critérios de atribuição e de mensuração do prémio variável

O prémio variável de curto prazo resulta do grau de concretização de KPIs divididos em duas dimensões, cada uma com um peso de 50%:

1. KPIs de Criação de Valor Económico (“KPIs *What*”) – avaliam o desempenho financeiro e estratégico, podendo incluir métricas como o volume de negócio, capital investido e retorno do capital investido e que considera igualmente o contributo individual de cada Administrador(a) Executivo(a);
2. KPIs de Criação de Valor Social e Ambiental (“KPIs *How*”) - avaliam o desempenho em áreas como Sustentabilidade, relação com stakeholders relevantes e Pessoas, como por exemplo o *Organizational Health Index*. Esta dimensão inclui também um KPI de avaliação individual, que pode combinar indicadores subjetivos e objetivos.

O apuramento desta componente variável da remuneração é realizado pela Comissão de Vencimentos, conhecidos os resultados da Sociedade.

### 2.1.2.2. Mecanismos de limitação do prémio variável

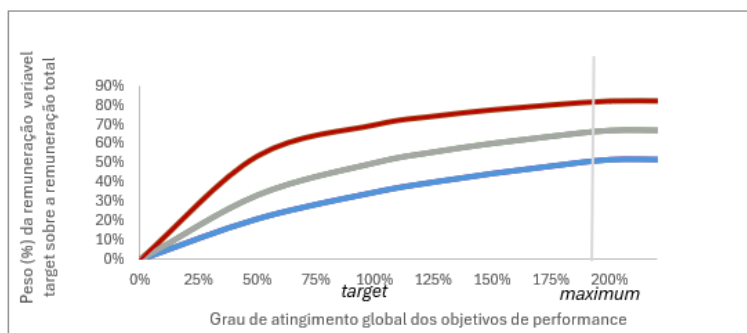
Considerando as duas componentes variáveis, o valor do objetivo pré-definido varia entre 35% e 70% da remuneração total anual (composta pela soma da remuneração fixa com o valor objetivo da remuneração variável), consoante o nível de responsabilidade das funções assumidas por cada membro.

No que se refere ao apuramento do valor atribuído, este inclui um limite mínimo de 0% e máximo de 200%, face ao valor objetivo previamente definido.

O peso da componente variável atribuída na remuneração total anual depende, assim, de dois fatores (i) peso do valor objetivo pré-definido da componente variável na remuneração total e (ii) grau de cumprimento dos objetivos associados.

Da combinação destes dois fatores, resultará a atribuição de um prémio variável cujo peso sob a remuneração total anual real pode variar entre 0% e 82%. Na tabela abaixo apresenta-se o quadro de valores atingíveis, ponderados sobre a remuneração total auferida.

Grau atingimento	Peso (%) da remuneração variável target sobre a remuneração total		
	35%	50%	70%
0%	0%	0%	0%
50%	21%	33%	54%
100%	35%	50%	70%
125%	40%	56%	74%
150%	45%	60%	78%
175%	49%	64%	80%
200%	52%	67%	82%



**Fórmula:** Remuneração Variável objetivo \* Grau de atingimento KPIs global / Remuneração Total Anual (composta por Remuneração Fixa e Remuneração Variável Alcançada)

### 2.1.2.3. Mecanismos de remuneração baseados em ações e de diferimento do pagamento da remuneração variável

O Prémio Variável de Médio Prazo contempla um período de quatro anos, incluindo o ano a que diz respeito e o período de diferimento de pelo menos três anos, subsequente. Uma vez atribuído, o valor será dividido pelo preço médio da cotação, para apuramento de um número de ações a que corresponde. O valor convertido em ações será ajustado por quaisquer variações ocorridas no capital social ou dividendos (*Total Share Return*) durante o período de diferimento referido.

O vencimento desta componente do prémio variável fica condicionada à manutenção do vínculo profissional entre o(a) administrador(a) e a empresa pelo período de 3 anos, bem como ao continuado desempenho positivo da sociedade ao longo desse período, que será aferido de acordo com critérios a fixar pela Comissão de Vencimentos.

Na linha da afirmação de uma política de reforço do alinhamento dos(as) administradores(as) executivos(as) com os interesses de longo prazo da sociedade, a Comissão de Vencimentos poderá, a seu livre critério, graduar o percentual

de desconto conferido aos(às) administradores(as) executivos(as) na aquisição das ações, determinando uma participação na aquisição das ações, a suportar pelos mesmos, em montantes correspondentes a uma percentagem do valor de cotação das ações, com o limite máximo de 5% do seu valor de cotação à data da transmissão dos títulos.

Na data de vencimento, a Sociedade tem a opção pela entrega, em sua substituição, do seu correspondente valor em numerário. O pagamento em numerário do prémio variável pode ser efetuado por qualquer das modalidades de extinção da obrigação previstas na lei e nos estatutos.

### **2.1.3. Outros benefícios**

Não integra a Política de Remuneração a aplicação de um sistema de benefícios de reforma ou pensão complementar, a favor dos membros dos órgãos de administração, fiscalização e outros dirigentes.

São atribuídos aos(às) Administradores(as) Executivos(as), um seguro de saúde e um seguro de vida e de acidentes pessoais, em linha com a política geral do Grupo aplicada aos demais colaboradores e cujos termos e valores se enquadram nas práticas de mercado.

### **2.1.4. Outras Condições**

A Política mantém o princípio de não contemplar a atribuição de compensações aos(às) administradores(as), ou aos membros dos demais órgãos sociais, associadas à cessação de mandato, quer esta cessação ocorra no termo do respetivo prazo, quer se verifique uma cessação antecipada por qualquer motivo ou fundamento, sem prejuízo da obrigação do cumprimento pela Sociedade das disposições legais em vigor nesta matéria.

Caso, por decisão definitiva e irreversível, se constate que a remuneração variável foi baseada, total ou parcialmente, em informações dolosamente fornecidas pelo(a) administrador(a) em causa, e com base nas quais foi determinada a remuneração variável, deverá o Conselho de Administração, a instâncias da Comissão de Vencimentos, levar a cabo as diligências adequadas com o propósito de obter a restituição da remuneração variável indevidamente atribuída.

Na aplicação da Política de Remuneração é ponderado o exercício de funções em sociedades em relação de domínio ou de grupo.

## **2.2. Administradores(as) Não Executivos(as)**

A remuneração de administradores(as) não executivos(as), se e quando existam, será estabelecida em função de referenciais de mercado, segundo os seguintes princípios: (i) atribuição de uma remuneração fixa e (ii) atribuição de um subsídio de responsabilidade anual. Não existe qualquer remuneração a título de prémio variável ou que dependa do desempenho da sociedade.

### **3. POLÍTICA DE REMUNERAÇÃO DE OUTROS ORGÃOS SOCIAIS**

#### **3.1. Conselho Fiscal**

A remuneração dos membros do Conselho Fiscal da Sociedade é composta, exclusivamente, por uma componente fixa, não dependente do desempenho da Sociedade ou do seu valor, na qual se inclui um subsídio de responsabilidade anual, estabelecida de acordo com as características da Sociedade e as práticas comparáveis do mercado.

#### **3.2. Revisor(a) Oficial de Contas**

O(a) Revisor(a) Oficial de Contas da Sociedade é remunerado(a), sob a supervisão do Conselho Fiscal, de acordo com a tabela de honorários padrão, tendo por referência as práticas comparáveis do mercado.

#### **3.3. Mesa da Assembleia Geral**

A remuneração dos membros da Mesa da Assembleia Geral corresponderá a uma quantia fixa que terá em conta as características da sociedade e as práticas comparáveis de mercado.

#### **Derrogação Temporária da Política de Remuneração**

A presente Política apenas poderá ser temporariamente derrogada nos termos previstos na lei, caso tal derrogação seja necessária, excecionalmente, para servir os interesses de longo prazo da Sociedade e a sua sustentabilidade, ou para assegurar a sua viabilidade.

Maia, 20 de março de 2025

Pela Comissão de Vencimentos,

## **Critérios de atribuição e manutenção da remuneração variável em ações**

### **1. Características do Prémio Variável de Médio Prazo (PVMP)**

O PVMP é uma das componentes da Política de Remuneração da Sonaecom, SGPS, S.A.. Esta componente, que pode ser constituída por ações da Sonaecom, SGPS, S.A. e/ou da *holding* Sonae, SGPS, S.A., distingue-se das restantes por ter um carácter restrito e voluntário, cuja atribuição é condicionada às regras de elegibilidade descritas neste documento.

### **2. Enquadramento do PVMP**

O PVMP faz parte integrante do prémio variável anual e constitui uma forma de alinhamento dos interesses dos(as) administradores(as) executivos(as) (quando remunerados(as) pela Sociedade) com os objetivos da organização, reforçando o seu compromisso e fortalecendo a perceção da importância da sua performance para o sucesso da Sonaecom, com expressão na capitalização bolsista do título.

### **3. Elegibilidade**

São elegíveis para efeitos de atribuição do PVMP os(as) administradores(as) executivos(as) da Sonaecom, SGPS, S.A., quando remunerados(as) pela Sociedade, nos termos definidos pela Comissão de Vencimentos de acordo com a política de remuneração aprovada pela Assembleia Geral, e os(as) administradores(as) executivos(as) das sociedades dominadas pela Sonaecom, assim como colaboradores(as) com responsabilidades de âmbito estratégico. O grau de diferimento do prémio variável anual é o seguinte:

<b>Participantes</b>	<b>Valor de referência do prémio variável de médio prazo (% da remuneração variável total objetivo)</b>
Administradores(as) Executivos(as)	Pelo menos 50%
Colaboradores(as)	Termos a definir pelo Conselho de Administração de cada Sociedade

### **4. Duração do Plano**

O PVMP é constituído anualmente por períodos de três anos (contemplando, assim, um período de quatro anos, considerando o ano a que diz respeito e o período de diferimento de, pelo menos, três anos).

### **5. Valor de Referência do PVMP**

O PVMP é valorizado à data de atribuição a preços representativos da cotação dos títulos que compõem a carteira, no mercado de ações em Portugal, considerando para o efeito o valor mais favorável correspondente à cotação do fecho do primeiro dia útil subsequente à Assembleia Geral ou a cotação média (considerando-se para o efeito da determinação da cotação média, a cotação de fecho nos 30 dias de negociação anteriores à data da realização da Assembleia Geral).

Aos membros abrangidos é atribuído o direito à aquisição de um número de ações determinado pelo quociente entre o valor do prémio variável de médio prazo atribuído e o valor de cotação à data da atribuição apurado nos termos do parágrafo anterior, podendo tal direito ser exercido decorridos três anos após a atribuição.

No caso de, posteriormente à atribuição do direito e antes do seu exercício, se verificar distribuição de dividendos, alteração do valor nominal das ações ou alteração do capital social da sociedade com impacto na expressão económica dos direitos atribuídos, o número de ações cujo direito de aquisição tenha sido atribuído ajustado para um número equivalente tendo em conta o efeito das referidas alterações.

O vencimento desta componente do prémio variável fica condicionado à manutenção do vínculo profissional entre o(a) administrador(a) e a empresa pelo período de 3 anos, bem como ao continuado desempenho positivo da sociedade ao longo desse período, que será aferido de acordo com critérios a fixar pela Comissão de Vencimentos.

Na linha da afirmação de uma política de reforço de alinhamento dos(as) administradores(as) executivos(as) com os interesses de longo prazo da sociedade, a Comissão de Vencimentos poderá, a seu livre critério, determinar a existência de uma comparticipação na aquisição das ações a suportar por aqueles, a qual será correspondente a uma percentagem do valor de cotação das ações, com o limite máximo de 5% do seu valor de cotação à data da transmissão dos títulos.

O valor de referência do PVMP (% de remuneração variável total objetivo) corresponderá a, pelo menos, cinquenta por cento (50%), do valor do prémio variável total.

## **6. Entrega pela Sociedade**

No momento do exercício do direito de aquisição de ações atribuído no âmbito do PVMP, a sociedade reserva-se o direito de, em substituição das ações, atribuir um desconto na respetiva aquisição ou a entregar o numerário equivalente ao seu valor de mercado à data do respetivo exercício.

## **7. Vencimento do PVMP**

O direito de aquisição das ações atribuídas pelo PVMP vence-se decorrido o período de diferimento, i.e., três anos após a sua atribuição.

## **8. Condições do Exercício do Direito**

O direito ao exercício do direito de aquisição das ações atribuídas nos termos do Plano caduca se ocorrer a cessação do vínculo entre o membro e a Sociedade antes de decorrido o período de três anos subsequente à sua atribuição, sem prejuízo do disposto nos parágrafos seguintes. O direito manter-se-á em vigor no caso de incapacidade permanente ou morte dos membros, sendo, neste caso, o pagamento efetuado ao próprio ou aos seus herdeiros na data do respetivo vencimento.

Em caso de reforma do membro o direito atribuído poderá ser exercido na respetiva data de vencimento.

Exmo. Senhor

Presidente da Mesa da Assembleia Geral da  
Sonaecom, SGPS, S.A.

Lugar do Espido, Via Norte,

4470-177 Maia

Maia, 10 de março de 2025

Proposta número 5

Propõe-se que se delibere autorizar o Conselho de Administração a:

- a) adquirir, durante os próximos dezoito meses, ações representativas do capital social da própria sociedade, através de mercado regulamentado e/ou fora de mercado regulamentado no caso de a alienante ser (i) uma sociedade direta ou indiretamente dominada por esta sociedade, ou (ii) outra entidade, incluindo instituições financeiras, para cumprimento de obrigações decorrentes da lei ou contrato, designadamente as decorrentes de instrumentos financeiros derivados ou similares, de garantias contratuais de que a sociedade ou uma sociedade direta ou indiretamente sua dominada seja beneficiária ou em resultado do pagamento em espécie ou da dação em pagamento, entre outras, em qualquer dos casos, por um valor não inferior ao valor médio de cotação dos últimos dez dias anteriores à data da aquisição deduzido de 50% e não superior ao valor médio de cotação dos últimos dez dias anteriores à data da aquisição acrescido de 10%, por ação, com observância do limite consolidado com as ações adquiridas por sociedades dependentes, de 10%, determinado nos termos do n.º 2 do art. 317.º do Código das Sociedades Comerciais;
- b) alienar, durante os próximos dezoito meses, dentro dos limites legais, um número mínimo de cem ações representativas do capital social da própria sociedade através de mercado regulamentado e/ou fora de mercado regulamentado, incluindo no caso de a adquirente ser uma sociedade direta ou indiretamente dominada por esta sociedade, por um valor não inferior ao valor médio de cotação dos últimos dez dias anteriores à data da alienação deduzido de 10%, por ação.

**SONAECOM, S.G.P.S., S. A.**

Sede: Lugar do Espido - Via Norte - Maia  
Matriculada na Conservatória do Registo Comercial da Maia  
sob o nº único de matrícula e Pessoa Coletiva 502 028 351  
Capital Social: 230.391.627,38 Euros



Mais se propõe que o Conselho de Administração fique autorizado a decidir sobre a oportunidade das operações – podendo as mesmas consubstanciar a alienação ou atribuição de ações aos membros dos órgãos sociais e colaboradores da sociedade ou de sociedades em relação de domínio ou de grupo, nos exatos termos em que o prevê a política de remuneração da sociedade – sempre, tendo em conta as condições de mercado, o interesse da sociedade e dos seus acionistas, bem como as regras estipuladas pelo Regulamento (UE) n.º 596/2014, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril.

Pelo Conselho de Administração,

**SONAECOM, S.G.P.S., S. A.**

Sede: Lugar do Espido - Via Norte - Maia  
Matriculada na Conservatória do Registo Comercial da Maia  
sob o nº único de matrícula e Pessoa Coletiva 502 028 351  
Capital Social: 230.391.627,38 Euros



Exmo. Senhor

Presidente da Mesa da Assembleia Geral da  
Sonaecom, SGPS, S.A.

Lugar do Espido, Via Norte,

4470-177 Maia

Maia, 10 de março de 2025

Proposta número 6

Propõe-se que se delibere, nos termos do n.º 2 do artigo 325º-B do Código das Sociedades Comerciais, autorizar a aquisição e a detenção de ações próprias desta sociedade, por parte de sociedades que, no momento da aquisição, sejam, direta ou indiretamente dependentes desta sociedade, nos termos do artigo 486.º do mesmo diploma legal, efetuando-se as aquisições durante os próximos dezoito meses e dentro do limite consolidado na sociedade dominante de 10%, através de mercado regulamentado e/ou fora de mercado regulamentado no caso de a alienante ser (i) esta sociedade ou outra sociedade direta ou indiretamente dominada por esta ou (ii) outra entidade, incluindo instituições financeiras, para cumprimento de obrigações decorrentes da lei ou contrato, designadamente as decorrentes de instrumentos financeiros derivados ou similares, de garantias contratuais de que a sociedade ou sociedade direta ou indiretamente sua dominada ou co-dominada seja beneficiária ou em resultado do pagamento em espécie ou da dação em pagamento, entre outras, em qualquer dos casos, por um valor não inferior ao valor médio de cotação dos últimos dez dias anteriores à data de aquisição deduzido de 50% e não superior ao valor médio de cotação dos últimos dez dias anteriores à data de aquisição acrescido de 10%, por ação.

As aquisições ora autorizadas deverão ser concretizadas pelos Conselhos de Administração daquelas sociedades, tendo em conta as respetivas necessidades – nomeadamente a alienação de ações a administradores e quadros no âmbito da respetiva política de remuneração - bem como as condições de mercado, o interesse da sociedade e dos seus acionistas, e as regras estipuladas pelo Regulamento (UE) n.º 596/2014, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril.

Pelo Conselho de Administração,

**SONAECOM, S.G.P.S., S. A.**

Sede: Lugar do Espido - Via Norte - Maia  
Matriculada na Conservatória do Registo Comercial da Maia  
sob o nº único de matrícula e Pessoa Coletiva 502 028 351  
Capital Social: 230.391.627,38 Euros